

O Papel do Estado na Transformação do Capitalismo: da livre concorrência ao monopólio

Eixo Temático: GT 1 - Economia Política, História do Pensamento Econômico, Economia do Trabalho, Economia Social, Economia Solidária, Cooperativismo, Tecnologias Sociais, Desigualdade Social, Sindicalismo, Movimento Estudantil e Movimentos Sociais.

Marcos A. T. Soares¹;
Andréa Braz da Costa²;
Antonio Andrade Leal³
Vinicius Coreia Santos⁴

Resumo

O artigo analisa a evolução do capitalismo entre os séculos XVIII e XX, enfatizando a transição do liberalismo econômico para o capitalismo monopolista e o papel crucial do Estado nesse processo. Inicialmente, o livre mercado, defendido por pensadores liberais, impulsionou a industrialização, mas, com o avanço de economias como EUA e Alemanha, surgiram políticas que contrariavam o liberalismo, promovendo monopólios e intervenção estatal. A tensão entre nações industrializadas, intensificada por crises econômicas como a Grande Deflação e a Grande Depressão, culminou em conflitos globais e na necessidade de maior intervenção estatal, especialmente com o *New Deal* nos EUA. A metodologia utilizada fundamenta-se no materialismo-histórico-dialético, buscando fatos e processos na história fundados nas relações materiais de produção, para concluir que o capitalismo monopolista exigiu uma ordem de acumulação adaptável alinhado às condições políticas e econômicas efetuadas pelo Estado, mostrando que o liberalismo é uma doutrina contingente aos interesses da burguesia em contextos específicos.

Palavras-chave: Capital Concorrencial; Capital Monopolista; Liberalismo.

1. Introdução

O presente artigo visa compreender o papel do Estado e a perenidade do liberalismo na evolução do capitalismo em suas diferentes fases: a concorrencial e a monopolista. O liberalismo seria

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP. Pesquisador do NETPS (UESB). E-mail: marcos.tavares@uesb.edu.br.

² Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutoranda em Educação/PPGED/UESB. Pesquisadora do NETPS (UESB). E-mail: andrea.braz@uesb.edu.br

³ Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pesquisador do NETPS (UESB). E-mail: antonio.leal@uesb.edu.br

⁴ Professor Titular de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tutor do Programa de Educação Tutorial Institucional em Desenvolvimento Regional da UESB. Pesquisador do NETPS/UESB. vinicius.correia@uesb.edu.br

perene na evolução do capitalismo? Para Polanyi (2000), o liberalismo não passa de um “credo”. Diante dessa afirmativa, surge a seguinte pergunta: seria o liberalismo apenas um conjunto de crenças que alimenta os interesses e a retórica das economias capitalistas mais desenvolvidas? Para responder a essas questões, a investigação se concentrará na análise de como as nações que alcançaram um elevado padrão industrial e estiveram na vanguarda da 1ª Revolução Industrial⁵, como a Inglaterra, ou da 2ª Revolução Industrial⁶, como os EUA e a Alemanha, lidaram com as ideias liberais.

A consolidação do capitalismo é marcada pelo desenvolvimento da indústria inglesa na era concorrencial⁷ e a sua forma acabada – ou mais longa – se dá com o surgimento de grandes empresas e dos monopólios, fase esta chamada de capital monopolista⁸. A construção da hegemonia inglesa no capitalismo dos séculos XVIII e XIX deve-se ao fato de o Estado inglês ter se consolidado como Estado nacional, à acumulação primitiva de capital que liberou mão de obra para a indústria nascente e à expansão das manufaturas e das relações mercantis.

O liberalismo inglês, durante a 1ª Revolução Industrial, floresceu em uma conjuntura favorável à abertura comercial para os capitais britânicos, pioneiros do processo de industrialização. A abertura dos portos estrangeiros aos seus produtos trouxe benefícios aos negócios da burguesia inglesa. No entanto, os britânicos não abriam mão dos privilégios que possuíam nas transações comerciais com as colônias, protegidas pelas leis e acordos estabelecidos para e pela metrópole (Londres). Além das colônias, o império britânico também exerceu forte influência em países que eram colônias de outras nações europeias, como foi o caso do Brasil⁹. Mesmo no plano interno, o Estado inglês atuou de modo a criar as condições para reprodução do capital da burguesia emergente.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta breve introdução. Na Seção 2, analisou-se como o Estado e o mercado responderam à dinâmica capitalista na fase concorrencial. Na seção 3, é apresentada a metodologia. Na seção 4, intitulada “Capitalismo Monopolista e a mão visível do Estado”, analisou-se como, na fase do capitalismo monopolista, o Estado operou e a visibilidade que ganhou após o colapso da hegemonia inglesa, bem como os avanços nas políticas de maior

⁵ A 1ª Revolução Industrial (1760-1840) marcou a transição de uma economia agrária para uma industrial, com inovações como a máquina a vapor e a mecanização da produção, resultando em crescimento da indústria e urbanização (Hobsbawn, 2015).

⁶ A 2ª Revolução Industrial (1870-1914) foi um período de rápido avanço tecnológico e industrial, caracterizado pela expansão da eletricidade, a invenção de novos processos químicos e a produção em massa. Destacou-se pelo desenvolvimento de indústrias pesadas, como aço e petróleo, e pela introdução de grandes inovações como o automóvel e o telefone, promovendo a urbanização e transformando a economia global. (Hobsbawn, 2015).

⁷ Capitalismo concorrencial é um estágio do capitalismo caracterizado por intensa competição entre muitas empresas em mercados relativamente livres e pouco regulados, incentivando inovação e eficiência. Predominou durante a 1ª Revolução Industrial.

⁸ Estágio do capitalismo onde grandes empresas dominam o mercado, reduzindo a competição. Caracteriza-se pela concentração de poder econômico, influência significativa sobre os preços e regulamentação mais intensiva. Predomina na fase posterior à 2ª Revolução Industrial.

⁹ Em 1810, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, a Inglaterra celebra um tratado de comércio e navegação que vigorou até 1843, no qual as mercadorias inglesas teriam uma taxa de importação para entrar no Brasil de 15%, os produtos de Portugal de 16% e as mercadorias de outras nações seria taxada em 24% (Rezende, 1999).



intervenção estatal. A própria Inglaterra, paladina do liberalismo, sucumbe à concorrência capitalista; sua economia se desestrutura e é forçada a adotar medidas protecionistas por parte do Estado para recuperar sua indústria na economia mundial. Na última parte do trabalho, Seção 5, são apresentadas as considerações finais sobre a temática.

2. Metodologia

A metodologia utilizada fundamenta-se no materialismo-histórico-dialético ao buscar fatos e processos na história fundados nas relações materiais de produção e confrontá-los dialeticamente na busca de compreender o objeto em análise. Para tanto, se fez uso de pesquisa bibliográfica com base em autores que tratam da questão da perenidade ou não do liberalismo na ordem burguesa.

3. Capitalismo concorrencial – as mãos invisíveis do mercado e do Estado

A construção do Estado-nacional inglês em fins do século XVII¹⁰, a formação do império britânico e a consequente expansão comercial, a revolução agrícola e a acumulação primitiva¹¹ propiciaram o terreno fértil para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital comercial e do capital produtivo¹², este último ainda em fase embrionária.

O império britânico criava as condições para expansão da acumulação de capital comercial. O acúmulo de capital proporcionado pelo comércio, pelo tráfico negreiro, o apoio dos bancos a indústria por meio de créditos de curto-prazo, a construção da infraestrutura com base em capital privado, foram fatores que contribuíram decisivamente para o pioneirismo inglês na Revolução Industrial.

Arrighi (1996), ao analisar o ciclo sistêmico britânico, destaca a superação do antagonismo até então existente entre capitalismo e territorialismo. É por meio do sistema colonial que os ingleses conseguiram, além de internalizar os custos de proteção, como havia feito a Holanda, também internalizar os custos de produção. As colônias eram uma fonte rica de matérias-primas para a indústria inglesa. O barateamento da produção, associado à política de livre comércio e ao padrão-ouro inglês, contribuiu para que a Revolução Industrial ocorresse na Inglaterra.

¹⁰ Com Revolução Gloriosa (1685-1689) o capitalismo vai se desamarrando dos seus nós - Estado absolutista e relações de servidão. O Estado absolutista – intervencionista - era uma barreira para acumulação de capital de modo ampliado. Para derrubar o Absolutismo do Estado, a burguesia se alia a aristocracia rural e passa a exercer diretamente o poder político pela via Parlamentar e forma o Estado liberal, o qual atendia as exigências da expansão do capital comercial e do capital produtivo – ainda embrionário.

¹¹ Expropriação dos camponeses de suas terras, apropriação por parte da burguesia das terras da igreja e do Estado e das terras comunais caracterizam o processo de acumulação primitiva apresentado por Marx (1996) no livro I de “O capital”.

¹² Industrial



O processo de industrialização da Inglaterra, processo conhecido como industrialização originária, se deu sem saltos com a formação da indústria de bens de consumo (progressivo desenvolvimento da indústria têxtil) e, só depois, com os estímulos desta é que surge a indústria de bens de capital (produção de máquinas e equipamentos).

O acúmulo de capital através do comércio de mercadorias e do tráfico negreiro com as colônias (formais) e com os países sob sua influência possibilitou o capital necessário para que comerciantes ingleses se tornassem industriais. Esse processo de transformação do capital comercial em capital produtivo foi fundamental para a consolidação de uma economia capitalista, pois é no processo produtivo que se gera riqueza material e valor, de onde se extrai a mais-valia (Marx, 1996) que proporcionará a reprodução ampliada do capital. O capital acumulado — via comércio — também servia para a construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo da época. Nesse contexto, o capital privado comercial associava-se aos bancos, que financiavam a construção de estradas, pontes e canais que permitiam o fluxo de mercadorias entre regiões.

As raízes do capitalismo – inicialmente na Inglaterra e depois mundial – são a acumulação primitiva, o comércio colonial (estabelecido via destruição de civilizações milenares e das populações originárias de modo geral) e o tráfico negreiro. O Escravismo da Idade Moderna que perdurou até o século XIX da Idade Contemporânea foi responsável pela morte de milhões de negros nos navios negreiros em função das péssimas condições de transportes, pela exaustão no exercício do trabalho, e pelo acirramento das rivalidades entre etnias e tribos africanas promovida pelos interesses do tráfico de escravos¹³.

Desse modo, constata-se as bases sobre as quais o capitalismo se funda e, com ele, na era concorrencial, a formulação da doutrina liberal. Pode-se dizer que o liberalismo econômico tem como seus pilares: a acumulação primitiva, o escravismo, a articulação entre governos e comerciantes, e a política colonialista. Esses fatores foram os responsáveis pela acumulação inicial de capital, que resultou no pioneirismo industrial inglês.

Uma vez estabelecida a indústria, em um contexto de colonialismo, a elevada exploração do trabalho (devido à legislação permissiva e aos baixos salários) contribuíram para a consolidação da hegemonia da indústria inglesa no mundo. Com o avanço técnico, resultado das inovações e das habilidades dos especialistas, o desenvolvimento do setor têxtil exigia a ampliação do mercado internacional para a comercialização de seus produtos. As teorias que sustentavam as políticas comerciais inglesas também se desenvolviam. Surge inicialmente a teoria das “vantagens absolutas”¹⁴

¹³ Inicialmente os negros eram capturados via invasões piratas, depois com as colônias americanas demandando mão de obra a captura dos negros foi se dando de modo mais organizado, estando os comerciantes europeus associados a líderes tribais africanos. Os primeiros forneciam armas para os líderes tribais que em contrapartida aprisionava negros para o tráfico. Para saber mais ver Perrault (1999).

¹⁴ A teoria das vantagens absolutas de Adam Smith afirma que um país deve se especializar na produção de bens que pode fabricar de forma mais eficiente do que outros países e, assim, trocar esses bens com outros países que produzem diferentes bens de forma mais eficiente. A especialização e o comércio permitem que todos os países se beneficiem ao obter produtos a um custo mais baixo.

de Adam Smith¹⁵, no século XVIII, e, mais tarde, no século XIX, aprimorando a formulação de Smith, a teoria das “vantagens comparativas¹⁶” de David Ricardo¹⁷. Essas e outras teorias desenvolvidas no âmbito da Economia Política Liberal Inglesa foram difundidas em diversos países e tendiam a beneficiar a economia inglesa ao defender a especialização produtiva dos países com base nos fatores de produção mais abundantes.

Assim, a economia inglesa, por ter maior liquidez de capital, se firmou na produção capital-intensiva, enquanto as economias mais atrasadas capitalisticamente, do ponto de vista industrial e financeiro, ficaram responsáveis pela produção de bens de menor valor agregado, como os advindos da agricultura e pecuária.

A expansão comercial a partir da segunda metade do século XVIII ocorreu em função de atender aos interesses do capital industrial inglês no plano interno e de conciliar os interesses dos capitalistas do setor industrial e comercial no plano internacional. Era do interesse do capital industrial a abertura comercial, na qual a Inglaterra importaria alimentos e matérias-primas para alimentar trabalhadores e máquinas, respectivamente, a preços baixos. Isso foi possível porque o capital industrial havia assumido a posição hegemônica no plano interno ao subordinar os interesses agrários. Em 1846, foram revogadas as *Corn Laws*¹⁸, que protegiam os interesses agrários dos produtores de cereais ingleses da concorrência externa. Os defensores do livre-cambismo argumentavam que os interesses da Inglaterra também beneficiavam os países que buscavam a industrialização, afirmando que as transações comerciais internacionais possibilitavam o desenvolvimento da indústria nos países emergentes. (Mazzucchelli, 2008, p. 23) escreve:

Em relação aos Estados Unidos e Europa, a adesão ao livre-cambismo não apenas era conveniente aos exportadores de produtos primários, como benéfica aos interesses industriais emergentes. A importação de meios de produção e de capitais da Inglaterra, no momento em que o ciclo ferroviário se propagava neste países, significava a possibilidade de captar internamente o dinamismo da economia inglesa a avançar rumo à industrialização [...] Do ponto de vista tecnológico, como já observado, as inovações do ciclo ferroviário eram assimiláveis, posto que incorporadas e difundidas por trabalhadores especializados [...] Os requisitos financeiros – inegavelmente superiores aos vigentes no ciclo têxtil – implicavam a necessidade de um grau de centralização de capital monetário, que pôde ser atendido pelo Estado, pela adoção das sociedades anônimas, pela atuação dos bancos de investimento e pelo próprio financiamento externo da Inglaterra. A oferta de meios de produção (máquinas, equipamento e insumos), por fim, foi complementada pelas

¹⁵ Adam Smith (1723-1790) foi um filósofo e economista escocês. É considerado o “pai” da economia política moderna, e é considerado um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico.

¹⁶ A teoria das vantagens comparativas de David Ricardo argumenta que mesmo se um país não tiver uma vantagem absoluta na produção de nenhum bem, ele ainda pode se beneficiar do comércio ao se especializar na produção de bens para os quais têm o menor custo de oportunidade. Cada país deve produzir e exportar bens que pode fabricar com menor custo relativo e importar aqueles que produz menos eficientemente em comparação com outros países. Isso maximiza os ganhos do comércio para todos os países envolvidos.

¹⁷ David Ricardo (1772 - 1823) foi um economista e político britânico e um dos mais influentes economistas clássicos do liberalismo.

¹⁸ *Corn Laws* (ou "Leis dos Cereais") foram leis britânicas, vigentes de 1815 a 1846, que protegiam a produção agrícola interna ao impor tarifas altas sobre a importação de grãos. O objetivo era garantir preços elevados para os cereais produzidos na Inglaterra e proteger os interesses dos agricultores. Foram revogadas em 1846 para favorecer a abertura comercial e reduzir os preços dos alimentos.

exportações inglesas. O livre-câmbio, no contexto do capitalismo concorrencial, permitiu, assim, que a industrialização avançasse nos países atrasados.

De acordo com o autor supracitado, observa-se que na fase do capitalismo concorrencial havia margem para entrada de novos capitais no processo de industrialização. Também constata-se que o liberalismo inglês não prescindiu do Estado, mas, apenas importou numa “relativa exterioridade do Estado frente à acumulação de capital” (Oliveira apud Mazzucchelli, 2008, p. 13).

Observa-se que, naquele momento, o Estado era necessário para desregular ou revogar leis construídas em períodos históricos anteriores e que não atendiam aos interesses do capital industrial emergente. Isso ocorreu no processo de “conquista” de novos territórios, na formação do mercado de trabalho, ao promover mudanças nas Leis dos Pobres¹⁹ desde o século XVIII, e também no século XIX, ao revogar as *Corn-Laws*. Em todos esses episódios, fundamentais para a consolidação do capitalismo, o Estado esteve presente, criando as condições para a reprodução do capital.

Voltando à questão da produção, vale destacar que a indústria têxtil estimulou o desenvolvimento da indústria de mineração e carvão — base para a ferrovia — da metalurgia, dos bens de capital, da construção civil, entre outros. A invenção do transporte ferroviário, resultado das necessidades objetivas no processo produtivo, impactou diretamente o modo de produção capitalista. As minas de carvão impulsionaram o surgimento das ferrovias, e estas, por sua vez, estimularam as indústrias de bens de capital. Portanto:

A construção de ferroviária não apenas reduzia os custos de transporte e enlaçava as regiões mais remotas – com impactos notórios sobre a circulação de mercadorias, a incorporação de novas áreas de produção, a ampliação dos mercados, as migrações e a própria defesa nacional – como produzia estímulos diretos sobre as indústrias de carvão, ferro e equipamentos. Tratava-se, portanto, de uma dinâmica interna ao departamento I, com efeitos abrangentes sobre o conjunto das relações setoriais. (Mazzucchelli, 2008, p. 19).

Verifica-se que o setor têxtil inglês desencadeou um círculo virtuoso de desenvolvimento industrial, seguido pelo ciclo ferroviário, que ampliou a escala de produção, transformou a organização das empresas e o sistema de crédito. Embora o ciclo ferroviário não tenha representado uma ruptura com o padrão tecnológico da 1ª Revolução Industrial, estabeleceu um novo padrão de acumulação de capital. Com as ferrovias, as empresas ampliaram o comércio e a escala de produção e, com isso, passaram a necessitar de créditos mais volumosos, impulsionando o desenvolvimento do mercado de crédito.

O padrão inglês de empresa familiar e de autofinanciamento para capital fixo começou a ficar obsoleto. Sobre esse período, Mazzucchelli (2008) afirma que a construção de ferrovias foi

¹⁹A Lei dos Pobres (ou "*Poor Laws*") foi um conjunto de legislações britânicas que começou no século XVI e se estendeu até o século XIX. Essas leis estabeleciam o sistema de assistência social para os pobres, impondo responsabilidades aos municípios para prover ajuda e trabalho aos indigentes. As reformas ao longo dos anos buscaram limitar o custo da assistência e incentivaram os pobres a trabalhar em condições mais rígidas.

fundamental para a promoção do crescimento industrial na Europa. Com as ferrovias, pode-se dizer que a 1ª Revolução Industrial se completou, estabelecendo um novo padrão de acumulação e criando as condições para a 2ª Revolução Industrial.

Nesse período, a Inglaterra consolidou sua hegemonia industrial e financeira (como o banco do mundo). Ela financiava a expansão das ferrovias em vários países, fornecia equipamentos, insumos e tecnologia. Muitos trabalhadores especializados ingleses emigraram e participaram do processo de construção das redes ferroviárias em diversos países. Em meados do século XIX, a Inglaterra já estava industrializada e economicamente estruturada. Da Inglaterra, o capitalismo se propagava para países como EUA, Alemanha, França, entre outros.

A propagação dos avanços industriais e, por conseguinte, do capitalismo era facilitada porque a tecnologia era acessível e os capitais ingleses buscavam se reproduzir também na esfera financeira. Esta é a fase do capitalismo concorrencial, que possibilitou que países atrasados desenvolvessem sua estrutura produtiva e até superassem a produção industrial inglesa. Contudo, o ciclo ferroviário já apontava para a necessidade de centralização dos capitais, o que levou à formação de grandes empresas, sociedades anônimas (S.A.), bancos de investimento e também ao aumento da demanda por financiamento inglês.

A reprodução ampliada do capital ganhava velocidade com os trilhos, pois estes abriram e integraram mercados, reduziram os custos de transporte, impulsionaram as relações inter-indústrias e deram maior mobilidade à exploração da força de trabalho.

A expansão do capitalismo sob a regência inglesa resultou em um desenvolvimento assimétrico entre as nações. Algumas nações se industrializaram a ponto de superar a própria industrialização inglesa, enquanto outras tiveram um desenvolvimento industrial marginal.

Na década de 1870, os frutos da industrialização e da expansão da rede ferroviária eram colhidos, evidenciando-se no aumento da oferta de produtos agrícolas, o que levou a uma prolongada queda de preços dos produtos primários. “Em um século globalmente deflacionário, nenhum período foi mais drasticamente deflacionário do que 1873-1896, quando o nível de preços britânico caiu em 40%” (Hobsbawm apud Mazzucchelli, 2008, p. 27). A concorrência entre capitais, que já vinha crescendo, com o avanço do processo deflacionário, passou a ganhar contornos mais acirrados.

França, Alemanha e EUA, países com industrialização mais recente, estruturavam-se progressivamente sob a forma monopolista e, com a crise do último quartel do século XIX, passaram a adotar mais intensamente políticas protecionistas e a buscar novos mercados, o que, por sua vez, acirrou ainda mais a concorrência entre capitais e entre nações. Isso ocorreu porque, na fase de

transição para o capital monopolista, o poder político (Estado) se articula ainda mais com o poder econômico (burguesia)²⁰.

Nesse contexto de perda da supremacia industrial e de mercados, a Inglaterra aumentou o controle sobre as colônias e demais áreas de influência. Os ganhos comerciais e o superávit comercial permitiram que a Inglaterra financiasse suas importações de alimentos e matérias-primas. Também nesse período, outros países buscaram “recuperar o tempo perdido” e se lançaram na corrida colonial (neo-colonialismo). Sobre o novo colonialismo, destaca-se que:

Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade às custas da China, da Rússia e da Coreia (Hobsbawm apud Mazzucchelli, 2008, p. 33).

Desse modo, constata-se que o acirramento da concorrência entre nações e entre capitais levou os Estados nacionais a aumentarem suas intervenções e a entrarem diretamente no conflito, o que culminou na eclosão da 1ª Grande Guerra Mundial em 1914. Esse evento poderia sinalizar o fim da ideia de que o capitalismo levaria à harmonia social.

O processo de avanço da intervenção estatal começou a se intensificar principalmente a partir do período conhecido como a Grande Depressão (1873-1896), quando já se observava a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, momento em que começaram a se gestar as condições para a II Revolução Industrial e o progressivo aumento da participação do Estado na economia.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a ciência começou a ser incorporada aos processos produtivos e organizacionais.²¹, desenvolve-se a química fina, a eletricidade, e o motor a combustão interna. O Estado passou a estabelecer tarifas protecionistas, a estimular novos negócios ou investimentos com crédito e a entrar na corrida por novas colônias, que representavam o controle de novos mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados.

A fase monopolista do capitalismo exigia um Estado mais atuante e capaz de assegurar a reprodução do capital de origem nacional, e foi isso que o Estado nacional fez. A industrialização consolidada nos países centrais e o acirramento da concorrência entre capitais levaram os Estados

²⁰ Arrighi (1996), no seu livro “O longo século XX”, constata - através de uma profunda, extensa e detalhada retrospectiva histórica - que o **poder político** (Estado) na lógica de acumulação capitalista é um elemento de grande importância e fundamental para a compreensão da dinâmica do sistema. Arrighi constata que o **poder político** associa-se ao capital (dinheiro) desde a gênese do capitalismo. A partir dessa associação entre o **poder e o dinheiro**, o autor destaca a existência de um padrão de acumulação que se desenvolve há 5 (cinco) séculos. Ao longo desses séculos ele analisa como se deu a articulação entre o poder e o dinheiro nas diferentes hegemonias que se ergueram.

²¹ Surge o taylorismo (gerência científica) que se baseia na divisão de tarefas, especialização do trabalho, e tempos e métodos determinados para cada operação, mais detalhes em Braverman (1987).

nacionais à corrida por novas colônias, o que resultou no primeiro grande conflito de caráter mundial. A corrida por novas colônias no último quartel do século XIX e no início do século XX revelou o lado mais cruel do capitalismo: a busca por mercados e lucro a qualquer custo, mesmo que isso implicasse em conflitos sem precedentes entre nações, disputas que culminaram em uma grande guerra de dimensão mundial.

4. O capitalismo monopolista e a mão visível do Estado

Com a Grande Depressão de 1873-1896, a concorrência entre capitais se acirrou, e a busca por novas colônias fez com que o Estado participasse mais intensamente do processo econômico. O liberalismo inglês, formatado nos séculos XVIII e XIX, dava sinais de colapso. A industrialização de países como os EUA, Alemanha, Itália e Japão já ocorria de forma articulada com o Estado²², a mão visível do Estado só não era perceptível aos olhos dos ideólogos do liberalismo.

Países como os EUA e a Alemanha se beneficiaram das políticas liberais e as adotaram na medida em que estas satisfaziam a necessidade de importar produtos que impulsionariam suas industrializações. Nesse sentido, destaca Rezende (1999, p. 159):

Se a industrialização em escala continental dos Estados Unidos baseou-se essencialmente na constituição e aprovisionamento de seu mercado interno, isto só se tornou possível pelo estabelecimento precoce de uma rígida política protecionista. A partir de 1816 – período de depressão que se segue ao fim do impulso provocado pelas Guerras Napoleônicas –, as tarifas de importação norte-americanas refletem um claro sentido protecionista. Estabelecem direitos que variam de 7,5% a 30% *ad valorem*, chegando à tarifa Walker de 1864, que classificava os produtos importados em três categorias, com direitos alfandegários diferenciados: produtos de luxo, com 100%, de semiluxo com 40%, e comerciais com 30%.

Políticas protecionistas destinadas a assegurar a industrialização eram comuns aos países que buscavam se desenvolver na produção de bens de maior valor agregado e expandir suas exportações do setor secundário. A Inglaterra, por ser pioneira na industrialização, não precisou recorrer ao protecionismo para seus produtos industrializados até a grande deflação do século XIX. No entanto, não abriu mão da intervenção estatal para garantir privilégios nas relações comerciais com as colônias e países sob sua influência.

A Alemanha também adotou políticas protecionistas para desenvolver sua indústria nascente. A Escola Histórica Alemã e o nacionalismo de List (1883) marcaram parte da história do capitalismo que defendiam a intervenção estatal no processo de desenvolvimento nacional. List (1883) criticava a Escola Liberal Inglesa, principalmente por esta entender a economia de forma

²² Rezende (1999).



estática (não captando a dinâmica mostrada pela história) e pela concepção de harmonia de interesses defendida por Adam Smith.

List (1983) observava que os países passavam por estágios diferentes no processo de desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, apresentavam interesses diferentes. O governo deveria atuar para favorecer o desenvolvimento das forças produtivas²³, ajudando-as a evoluir do estágio primitivo até alcançar o estágio agrícola-manufatureiro-comercial, considerado por ele o estágio normal. Para que um país desenvolvesse novas indústrias, era necessário substituir o livre-cambismo por políticas protecionistas²⁴. Ele acreditava que as ideias cosmopolitas liberais, naquele momento, serviam apenas à Inglaterra, que já que a Alemanha estava no estágio agrícola-manufatureiro-comercial.

A Alemanha, para se industrializar, deveria adotar políticas protecionistas. O receituário nacionalista adotado obteve sucesso, principalmente em função da Unificação Alemã em 1871, arquitetada por Bismarck²⁵.

No período que vai de 1873-1896, conhecido como da Grande Depressão do século XIX, observa-se também a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. A partir desse momento, o próprio liberalismo inglês, torna-se mais flexível e, com isso, avança no sentido de fortalecimento das ações do Estado (neo)colonialista.

Se entre 1876 e 1915, cerca de um quinto da superfície terrestre foi distribuído entre meia dúzia de países, depois da Primeira Guerra, só a Inglaterra e a França dominavam 33% da superfície do globo, respectivamente 24% e 9%.

Apesar da expansão colonial inglesa, a sua economia iniciava a década de 1930 em crise. Entre 1932 e 1939 as exportações britânicas apresentaram perdas na ordem de 25% quando comparada com os valores do período que vai de 1922-1929. A recuperação da economia inglesa inicia-se nos anos de 1930 e vem concentrada na construção civil, no transporte, e na *new industries* – automobilística, engenharia elétrica, etc. Sobre este período da recuperação inglesa, Mazzucchelli destaca:

A recuperação se deu centrada no mercado interno, e aí o papel de destaque coube à construção civil (notadamente residencial) e aos setores modernos da química, eletricidade e bens de consumo durável (automobilística, em particular). A Inglaterra, nos anos de 1930, por fim conseguiu reduzir o hiato que a separava das nações industrializadas mais recentes (EUA, Alemanha e França). A velha e ultrapassada “oficina do mundo”, dependente das tradicionais indústrias têxtil, do carvão, do ferro e do aço, da engenharia mecânica e da construção naval, cedeu

²³ Tecnologia em termos liberais.

²⁴ Para saber mais ver: List (1983) e Rezende (1995).

²⁵ Otto von Bismarck (1815-1898) foi um estadista prussiano e o principal arquiteto da unificação da Alemanha no século XIX. Como Primeiro-Ministro da Prússia e depois Chanceler do Império Alemão (1871-1890), ele fez alianças estratégicas e guerras bem-sucedidas para unificar os diversos estados germânicos sob liderança prussiana. Bismarck também implementou reformas internas significativas, incluindo o sistema de bem-estar social, e manteve uma política externa que visava proteger o recém-formado Império Alemão de potenciais ameaças.

lugar a uma estrutura industrial mais avançada em termos tecnológicos, mais concentrada em termos de escalas, e mais integrada em termos setoriais (Mazzucchelli, 2008, p.106).

Para reduzir a distância entre a indústria inglesa e a estrutura produtiva dos países com industrialização atrasada (na época, países de industrialização mais recente), foram necessárias medidas que contrariavam as teses liberais e, por ironia dos acontecimentos, se aproximavam mais das teses de List (1883) sobre a intervenção estatal como instrumento de promoção da indústria nascente do que do livre-cambismo defendido pelos liberais ingleses. Ora, se a Inglaterra seguisse os princípios ricardianos liberais no comércio internacional, como o das vantagens comparativas, sua nova indústria possivelmente não se desenvolveria naquele momento.

A substituição dos mecanismos de mercado pelos instrumentos de intervenção estatal já estava ocorrendo em países com industrialização recente, como a Alemanha e os EUA. Este último, nos anos 1930, com o *New Deal*²⁶, estabeleceu a primazia da política sobre a economia.

O Estado norte-americano passou a intervir mais intensamente na economia, regulando o sistema financeiro, o mercado de trabalho e apoiando a agricultura. Não eram mais as leis de mercado que determinavam o valor mínimo da mercadoria força de trabalho; o Estado fixou o salário-mínimo que um trabalhador poderia receber por uma jornada de trabalho também limitada pelo Estado. Sobre a ação estatal, afirma Mazuchelli:

A legislação trabalhista do *New Deal* seria completada em 1938 com a promulgação do *Fair Labor Standart Act* que, retomando e ampliando as determinações estabelecidas no *NIRA*, proibiu o trabalho para menores de 16 anos, fixou limites mínimos para os salários, determinou a duração máxima a jornada de trabalho (44 horas semanais de imediato, e 40 horas a partir de dois anos) e instituiu o pagamento obrigatório das horas extras (Mazzucchelli, 2008, p. 230).

Arrighi (1996) destaca que os Estados Unidos assumiram a hegemonia mundial ao promoverem uma nova rodada de inovação tecnológica e institucional. No ciclo norte-americano, o antagonismo entre Estado e capitalismo; capitalismo e territorialismo (interno); e mercado e planejamento são superados, sendo este último a inovação do novo ciclo. Com a corporação americana, observa-se a superação do antagonismo, até então existente, entre mercado e planejamento, uma vez que os liberais entendiam que planejamento representava intervenção na supremacia do livre mercado, algo comumente associado aos comunistas soviéticos na época.

A Alemanha dos anos 1930 seguiu um caminho diferente dos EUA. O nacionalismo e a questão racial foram radicalizados em uma Alemanha que, no pós-Primeira Guerra, mergulhou em uma grande crise. A inflação disparava a números alarmantes, e o desemprego avançava por toda a

²⁶ O *New Deal* foi um conjunto de reformas e programas implementados pelo presidente Franklin D. Roosevelt (1882 –1945) nos EUA durante a Grande Depressão (1933-1939). O objetivo era combater a crise econômica, criar empregos e reformar o sistema financeiro, incluindo a regulação dos bancos e a proteção social através de programas de seguridade social.

Alemanha. Os mecanismos de mercado não funcionavam mais, e uma nova ordem se fazia necessária para restabelecer os empregos e uma vida digna. Mazzucchelli (2008) faz um contraponto entre o *New Deal* (EUA) e o Nazismo (alemão) e conclui que a ação consciente do Estado nos EUA foi capaz de evitar a desordem social e o avanço do totalitarismo, tanto à esquerda quanto à direita.

Nesse contexto de avanço da intervenção estatal na economia, a Inglaterra também intensificou a adoção de medidas protecionistas e intervencionistas com o objetivo de recuperar a economia nacional e estimular as novas indústrias,

Ao mesmo tempo em que reduziu os juros e reestruturou a dívida pública, a Inglaterra promoveu uma elevação geral das tarifas de importação. As razões que a levaram a abraçar a causa do protecionismo incluíam, segundo distintos argumentos, a defesa da indústria local, a sustentação e expansão do nível de emprego, o estímulo à recuperação econômica, o fortalecimento da posição comercial externa e a estabilização da taxa de câmbio após a desvalorização. As relações com o Império e os Domínios foram privilegiadas e as tarifas mais elevadas se concentraram nos produtos manufaturados e semi-manufaturados provenientes da Europa. **A Inglaterra, outrora paladina do livre comércio entre nações, ingressou definitivamente na lógica da proteção**, das restrições, dos blocos, das preferências e dos acordos bilaterais (Mazzucchelli, 2008, p.100, grifo nosso).

Em um ambiente de acirramento da concorrência internacional entre os capitais, as medidas a serem adotadas pela Inglaterra não poderiam ser outras. O livre-cambismo seria letal para sua base produtiva. A proteção às "*new industries*" tornava-se essencial se o país quisesse modernizar seu parque industrial e participar da concorrência internacional. O determinismo, a estática e a harmonia dos interesses advindos da Escola Liberal Inglesa já não mais se impunham como antes.

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no final do século XIX e início do século XX marcou uma mudança significativa na relação entre o Estado e o mercado. As teorias liberais clássicas, que defendiam o livre-cambismo e a harmonia dos interesses, foram gradualmente substituídas por políticas protecionistas e de intervenção estatal, especialmente nos países que buscavam acelerar sua industrialização, como Alemanha e Estados Unidos. A Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial e paladina do liberalismo econômico, também se viu obrigada a adotar medidas protecionistas para proteger suas novas indústrias e manter sua competitividade global.

Esse período destacou a crescente centralização de capital, a formação de grandes corporações e a integração das políticas econômicas com o planejamento estatal, revelando que o liberalismo econômico já não bastava para sustentar a expansão do capitalismo em um mundo de intensa rivalidade entre nações industrializadas.



5. Considerações Finais

Nos séculos XVIII e XIX, o capitalismo em sua fase concorrencial foi regido pelas ideias liberais de pensadores ingleses ou de intelectuais que se estabeleceram na Inglaterra. Nesse país, berço da Primeira Revolução Industrial, defendia-se a livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas. Com essas condições asseguradas, o capital se reproduziria de forma ampliada na Inglaterra, impulsionando o avanço da indústria. Os pensadores liberais propagavam que, com o livre mercado, as economias atrasadas se beneficiariam do desenvolvimento industrial inglês e da expansão das finanças, que injetariam capital em países menos industrializados. Como a tecnologia promotora da Primeira Revolução Industrial era de fácil apropriação, os países não industrializados eram beneficiados pela expansão comercial e pela difusão tecnológica. Desse modo, o discurso liberal atendia tanto aos interesses da nação industrializada, que necessitava de mercados, quanto aos interesses dos países ainda não industrializados, que precisavam de produtos, equipamentos, tecnologia e mão de obra especializada.

À medida que os países criavam condições para desenvolver suas manufaturas e o comércio, eles deixavam de aderir completamente ao ideário liberal e começavam a adotar políticas econômicas que contrapunham o liberalismo inglês. As empresas dos países de industrialização tardia inovaram e se consolidaram sob a forma monopolista, com a proteção de seus respectivos Estados. A Inglaterra, por sua vez, continuava refém da estrutura de empresa familiar e dos elementos que a haviam transformado na oficina do mundo.

Após os anos 1870, o mundo já não era tão liberal quanto antes, e países como os EUA e a Alemanha começaram a dar passos para enfrentar a hegemonia inglesa. O curso do capitalismo daquela época não confirmava a tese liberal de que as nações se relacionariam de forma harmônica, pois as tensões entre os países se intensificaram entre o último quartel do século XIX e o início do século XX. A concorrência entre capitais exigia novos mercados e a manutenção dos antigos para assegurar a reprodução dos capitais privados, o que aumentava a rivalidade entre os Estados na busca por novos mercados e, por conseguinte, novas colônias.

A expansão dos mercados, movimento inerente à dinâmica capitalista, levou à eclosão do primeiro grande conflito bélico mundial, a Primeira Guerra, que, mesmo após seu término, deixou sementes que germinariam na década de 1930. A Segunda Guerra Mundial foi, na verdade, a última batalha da Primeira. As raízes da Segunda Guerra podem ser encontradas nas discussões do Tratado de Versalhes, que impôs aos alemães duras sanções e elevadas reparações de guerra.



A Grande Deflação de 1873-1896 e a Grande Depressão de 1929-1933 evidenciaram a inconsistência do credo liberal como doutrina capaz de orientar as políticas econômicas. Foi justamente a ação enérgica do Estado, intervindo no mercado de trabalho, regulando as finanças e apoiando a produção industrial e agrícola, que permitiu ao capitalismo viver seus "anos dourados" no período pós-Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970.

A ordem liberal se desfez nos primeiros passos do capitalismo monopolista, sendo substituída pela simples ordem de acumulação de capital, que não era mais necessariamente liberal nem rigidamente protecionista. Isso porque as relações sociais de produção hegemônicas são as do modo de produção capitalista, e as estratégias que beneficiam sua reprodução de forma ampliada dependem do momento histórico, do estágio de desenvolvimento industrial e tecnológico dos países concorrentes e das condições políticas para promover os interesses econômicos.

6. Referências

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto. 1996.

BARBOSA OLIVEIRA, C. A. **Processo de industrialização** – do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo. Ed. UNESP, 2002.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. 2. Ed. Lisboa: Teorema, 1986.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

DEANE, Phyllis. **A Revolução Industrial**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1975.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro. Ed. LTC. 1987.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo. Ed. Atlas, 1995.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: Obras escolhidas, vol. 1, Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1983.

HOBBSBAWM, E. J. A revolução industrial. In: HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789 - 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I, vols. 1 e 2. (Coleção Os economistas).

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os Anos de chumbo**: notas sobre a economia e a política internacional do entre-guerras. Campinas (não publicado), 2008.

Lembranças do New Deal. Jornal "Valor", 14 de out de 2008.



PERRAULT, Gilles. **O livro negro do capitalismo**. São Paulo; Ed. Record. 1999.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

REZENDE, Cyro. **História Econômica Geral**. São Paulo. Ed. Contexto. 1999.

